

□ **INTERNACIONAL/Dívida Externa**

México recusa proposta feita por banqueiros

A oferta de redução de débitos em 30% foi considerada insatisfatória

NOVA YORK — O governo mexicano rejeitou oficialmente a proposta de redução de 30% nos seus débitos externos feita pelo Comitê Assessor de Bancos, em Nova York, na quarta-feira. Como portador da decisão do governo do presidente Carlos Salinas de Gortari, o ministro das Finanças mexicano, Pedro Aspe, reuniu-se ontem com os banqueiros, em Manhattan, e, segundo fontes próximas às negociações, teria apresentado uma contra-oferta (não divulgada) ao presidente do comitê, o vice-presidente do Citibank, William Rhodes.

"A resposta do nosso governo é a que foi divulgada pela agência de notícias estatal, **Notimex**", declarou Aspe, confirmando as informações transmitidas na capital mexicana de que as negociações com os bancos credores haviam voltado novamente à estaca zero. "Nós não temos pressa", acrescentou Aspe, numa atitude interpretada como um voto de confiança à próxima reunião de cúpula dos sete países mais ricos — o G-7 —

em Paris, na qual os bancos comerciais internacionais deverão ser pressionados a apoiar as nações endividadadas do Terceiro Mundo de modo mais decisivo.

Aspe, assim como o principal negociador da dívida mexicana, o funcionário do governo Angel Gurría, anunciaram a intenção de continuar negociando. Segundo fontes extra-oficiais, os dois tentarão melhorar a taxa de redução proposta pelos bancos internacionais.

Pela proposta dos bancos, a dívida mexicana ficaria repartida em dois blocos — um de débitos contraídos antes de 1982, e outro de dívidas assumidas depois. No primeiro, estimado em US\$ 38 bilhões, os bancos americanos dariam uma taxa de redução de 30%. Nos débitos remanescentes, a taxa cairia para 20%. Na soma dos dois blocos, os bancos americanos estariam dispostos a reduzir US\$ 14,6 bilhões do total da dívida mexicana, limite considerado, entretanto, "pouco satisfatório" pelos enviados do presidente Salinas.

Na capital mexicana, a informação predominante é a de que o governo manterá sua atitude de conseguir dos bancos uma taxa de redução não inferior a 40% para o conjunto da dívida. Em sua última proposta Salinas havia pedido 45%.